



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO Nº 0003193-87.2014.8.17.000 (0331538-8)

AGRAVANTE(S): FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

AGRAVADO(S): EDIVALDO FERNANDES DA PAZ

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. EXTENSÃO A POLICIAL INATIVO. CARÁTER GERAL DA GRATIFICAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS.

1. Constata-se de interposição de Recurso de Agravo contra decisão interlocutória que deferiu a antecipação de tutela recursal, para determinar implantação no contracheque do agravante a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo.

2. Sendo o salário espécie de prestação de trato sucessivo, o prazo prescricional se renova mês a mês, aplicando-se a prescrição quinquenal apenas às parcelas anteriores ao período de cinco anos antecedente à propositura da ação, nos termos da Súmula nº 85/STJ.

3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos.

4. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

5- À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo.

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

AGRAVO Nº 0003193-87.2014.8.17.000 (0331538-8)

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0331538-8, em que figuram como Agravante e Agravado FUNAPE e EDIVALDO FERNANDES DA PAZ, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 13 de 06 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO Nº 0003193-87.2014.8.17.000 (0331538-8)

AGRAVANTE(S): FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

AGRAVADO(S): EDIVALDO FERNANDES DA PAZ

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo Regimental, interposto em face da Decisão Monocrática proferida no Agravo de Instrumento que deferiu a antecipação de tutela recursal para determinar a implantação no contracheque da parte agravada da parcela referente à gratificação de risco de policiamento ostensivo.

Refutam os recorrentes, a concessão da tutela antecipada sob as alegações de: inexistência de perigo da demora; a vedação de deferimento de liminar que implique concessão de aumento ou extensão de vantagens; o perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório, uma vez que a verba tem caráter alimentar; e, a ausência de verossimilhança das alegações.

Argumentam a natureza *propter laborem* da gratificação perquirida e sua não extensão automática e indistinta em caráter geral e permanente a todos os ativos, bem como a vedação expressa à sua incorporação a proventos ou pensões.

Por fim, requer que seja dado provimento ao presente agravo.

É o relatório.

Recife, 13 de 06 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO Nº 0003193-87.2014.8.17.000 (0331538-8)

AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO E FUNAPE- Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

AGRAVADO(S): EDIVALDO FERNANDES DA PAZ

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão interlocutória proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 62/63 proferida no agravo de instrumento):

XX

Acresço ainda:

De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".

Observe que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

186

Ora, o teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em comento, por contemplar os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04.

Diante de todo exposto, e pela inexistência de qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão tomada por esta Relatoria, voto pelo **não provimento** do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo do Agravo de Instrumento nº 0331538-8.

Recife 13 de 06 de 2014

Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator